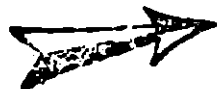


Ex.mos Senhores

Chefes dos Gabinetes de Sua Excelência o



Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas

Chefe do Estado-Maior da Armada

Chefe do Estado-Maior do Exército

Chefe do Estado-Maior da Força Aérea

Ex.mos Senhores

Inspetor-Geral da Defesa Nacional

Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional

Diretor-Geral de Recursos da Defesa Nacional

Diretor do Instituto da Defesa Nacional

Diretor da Polícia Judiciária Militar

SUA REFERÊNCIA

SUA COMUNICAÇÃO DE

NOSSA REFERÊNCIA

N.º: S-SGMDN/2016/1009

DATA 14/04/2016

SERVIÇO  
DSPC

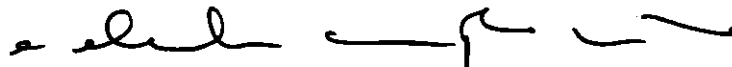
Processo N.º: DSPC.140.003/2016/2

**ASSUNTO:** Remunerações dos militares que prestam serviço fora do ramo de origem –  
Aplicação do “princípio do Utilizador/Pagador” – Memorando – Normas Técnicas.



Tendo por base o imperativo previsto no n.º 3 do Artigo 147.º, do Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio (Estatuto dos Militares das Forças Armadas), bem como na sequência da entrada em vigor da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março (Lei do Orçamento de Estado para 2016), junto se remete a V.ª Ex.ª o Memorando onde se encontram vertidas as normas técnicas que enquadram os procedimentos a adotar quanto ao pagamento de vencimentos aos militares a prestar serviço fora dos Ramos das Forças Armadas de origem.

Com os melhores cumprimentos,



O Secretário-geral

Gustavo Madeira

Secretaria-Geral

13 de abril de 2016

**ASSUNTO:** Procedimentos a adotar quanto ao pagamento de vencimentos aos militares a prestar serviço fora dos Ramos das Forças Armadas de origem.

A coberto da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, de 5 de abril, que aprovou o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, e da subsequente Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2013, de 11 de abril, que aprovou a Reforma designada “Defesa 2020”, foram definidas as orientações políticas para a implementação da reforma estrutural na Defesa Nacional e das Forças Armadas.

Nos termos do n.º 3 do Artigo 147.º, do Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio (Estatuto dos Militares das Forças Armadas), as entidades onde os militares são colocados a exercer funções deverão assegurar o pagamento das respetivas remunerações.

Consequente do referido nos pontos anteriores foi determinado pelo Despacho de S. Ex.ª o Ministro da Defesa Nacional n.º138/MDN/2015, de 22 de outubro, que a Secretaria-Geral/MDN, no âmbito dos trabalhos a desenvolver, e em articulação com os ramos das Forças Armadas e demais órgãos e serviços do Ministério da Defesa Nacional, estudasse e apresentasse proposta, no prazo de 60 dias, de modelo de funcionamento, bem como de mecanismos e procedimentos necessários a suportar a transição e plena operacionalização da assunção dos encargos com remuneração dos militares por parte dos serviços onde estes exercem funções.

## **I - SITUAÇÃO/ANÁLISE**

No seguimento do exposto, e tendo como fito a convergência para uma harmonização e racionalização de procedimentos de gestão no que se refere ao processamento e pagamento de vencimentos dos militares que se encontram a prestar serviço fora dos ramos de origem, a Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional (SG/MDN), em articulação com o EMGFA e ramos das Forças Armadas, conjugaram esforços no sentido de fazer uma reflexão relativa à aplicação do n.º 3 do Artigo 147.º, do Decreto-Lei n.º 90/2015, tendo designado a aplicação desta norma de “princípio do Utilizador/Pagador”, e que consiste no imperativo de que deverão ser as entidades onde os militares são colocados a prestar serviço que deverão proceder ao pagamento dos correspondentes vencimentos, bem como dos demais encargos associados.

## **II - NORMAS TÉCNICAS A ADOTAR - “PRINCÍPIO DO UTILIZADOR/PAGADOR”**

### **1. ÂMBITO ORÇAMENTAL**

Em termos de aplicação objetiva, o princípio do “Utilizador/Pagador” deverá ser aplicado a todas as situações em que os militares sejam colocados no desempenho de funções, por período superior a um ano, em entidade diversa do ramo de origem (válido para entidades integradas na esfera orçamental do MDN, salvo se verificadas condições que permitam o alargamento a outras entidades).

Em termos subjetivos, deverão as metodologias associadas à aplicação do “princípio do Utilizador/Pagador” ser aplicadas, numa primeira fase, aos serviços integrados do Ministério da Defesa Nacional, excluindo o Instituto de Ação Social das Forças Armadas (IASFA), a Associação de Deficientes das Forças Armadas (ADFA), a Cruz Vermelha Portuguesa (CVP), a Liga dos Combatentes, os militares colocados no âmbito das CTM’s bem como os afetos ao DDN, sem prejuízo de, quando verificadas condições operacionais para aplicação da metodologia naqueles serviços, a mesma vir a ser aí implementada.

Em ordem a dotar orçamentalmente os serviços que recebem os militares que prestam serviço fora do respetivo ramo de origem, com os recursos necessários ao suporte dos correspondentes vencimentos e demais despesas associadas, deverá proceder-se a ajustamentos orçamentais com a seguinte periodicidade: abril, agosto, outubro e dezembro<sup>1</sup>. O procedimento deve ser desencadeado pela entidade beneficiária do reforço orçamental, em articulação com a entidade que cede orçamento.

Pese embora a regra geral aplicada aos ajustamentos orçamentais, no que se refere à periodicidade, ocorram em abril, agosto, outubro e dezembro, estes ajustamentos ficarão, cumulativamente, condicionados ao número de efetivos/valores envolvidos, salvaguardando as suas implicações no âmbito dos Fundos Disponíveis.

### **2. GESTÃO ADMINISTRATIVA/PROCESSAMENTO**

Os procedimentos/tarefas relativos ao processamento de vencimentos, e que envolvam a

---

<sup>1</sup> Em 2016 a periodicidade é agosto e outubro.

interligação entre a área financeira e a área de gestão de Recursos Humanos, deverão acautelar sempre as seguintes operações:

## **2.1. MILITARES ATUALMENTE EM EXERCÍCIO DE FUNÇÕES FORA DOS RAMOS**

- a) Com vista ao pagamento da remuneração do militar, a entidade onde presta funções (EMGFA, ramo diferente do de origem ou serviço central - SC), articula com o respetivo ramo de origem, a obtenção da informação necessária à operacionalização do processamento da remuneração, outras componentes e descontos, através da “Guia de Vencimentos” (com toda a informação relevante para o processamento - uso de carácter obrigatório);
- b) Com vista à concretização do ponto anterior, e no que ao EMGFA diz respeito, a metodologia adotada para o pagamento dos militares no mês de maio passa pelos ramos processarem o vencimento dos militares/civis em simultâneo com o EMGFA, efetuando paralelos no sentido de se apurar o valor correto, articulando-se no final qual a entidade que processará no mês de maio;
- c) A SG/MDN, enquanto entidade processadora, para além da “Guia de Vencimentos/Estado de Pagamento”, nos modelos próprios dos ramos, também requer o preenchimento do template de migração em uso, e já divulgado<sup>2</sup>, no sentido de ser efetuado o confronto dos processamentos de maio, solicita-se o envio dos boletins/recibos de vencimento ou mapa das remunerações (em suporte digital), tendo como base a simulação para o mês de maio;
- d) Considerando o desiderato temporal em que estes procedimentos se alicerçam, uma vez que o pagamento se iniciará a partir de maio de 2016, para os militares atualmente em exercício de funções fora dos ramos de origem, há que assegurar que a entidade de destino (Serviços Centrais, EMGFA ou ramo diferente do de origem) proceda à reinscrição do militar na Caixa Geral de Aposentações/Segurança Social com data de início de efeitos a 1 de maio de 2016, a fim de garantir o normal processamento.

## **2.2. FUTURAS COLOCAÇÕES**

- a) Obtida a autorização de colocação por parte da tutela o militar apresenta-se na entidade de destino com a respetiva “Guia de Marcha/Movimento”;

---

<sup>2</sup> A SG, como entidade processadora, utiliza o template em anexo, para o processamento em SIG-RHV (Anexo A); O EMGFA, decidiu como metodologia, a obtenção das guias de vencimento emitidas por cada RFA

- b) A entidade de destino devolve ao ramo a “Guia de Marcha/Movimento” no prazo máximo de 10 dias, com a confirmação que o militar se apresentou ao serviço;
- c) O ramo, apesar da saída do militar, assegura o pagamento do vencimento e demais abonos, bem como dos correspondentes encargos, relativamente ao mês da saída e ao mês seguinte (N+N1)<sup>3</sup>;
- d) O ramo envia à entidade de destino a “Guia de Vencimentos/Estado de Pagamento”<sup>4</sup> - em suporte informático e/ou papel), e são despoletadas as diligências inerentes ao processamento das remunerações e descontos (reinscrições CGA/SS, etc.<sup>5</sup>), com efeitos ao terceiro mês de colocação do militar (N2);
- e) Se houver lugar a acertos ou reposições relativos aos pagamentos de vencimentos e demais abonos, os referidos acertos são efetivados “*a posteriori*”, cabendo esta obrigação à entidade onde foram efetuados os pagamentos ao militar que originaram a obrigatoriedade de proceder a ajustamentos.

### 2.3. REGRESSO AO RAMO

- a) O militar regressa ao ramo de origem acompanhado da “Guia de Marcha/Movimento”;
- b) A entidade onde o militar estava colocado remete ao ramo a “Guia de Vencimentos/Estado de Pagamento” - em suporte informático e/ou papel, e são despoletadas pelo ramo as diligências inerentes ao processamento das remunerações e descontos;
- c) No regresso do militar ao ramo de origem, o pagamento do vencimento e demais abonos relativos ao mês da saída e ao mês seguinte, é efetuado pela entidade onde o militar esteve a prestar serviço;
- d) Se houver lugar a acertos ou reposições relativos aos pagamentos de vencimentos e demais abonos, os referidos acertos serão efetivados “*a posteriori*”, cabendo esta

---

<sup>3</sup> Exemplo: O militar sai a 15/06/2016; o ramo assegura o pagamento e descontos de junho e julho, cabendo à entidade de destino o pagamento da remuneração em agosto, e efetuar as reinscrições com data de 1/08/2016.

<sup>4</sup> Que no caso dos serviços centrais, estes são responsáveis pelo encaminhamento à entidade processadora - SG/MDN

<sup>5</sup> Os SC remetem cópia do comprovativo de reinscrição.

obrigação à entidade onde foram efetuados os pagamentos ao militar que originaram a obrigatoriedade de proceder a ajustamentos.

### **III. COMUNICAÇÕES PERIÓDICAS**

#### **1. PAGAMENTO DE SUPLEMENTOS REMUNERATÓRIOS**

Atentas as particularidades relativas aos ramos das Forças Armadas, importa tomar em atenção que existem dados para processamento de determinados suplementos remuneratórios concedidos a militares, que carecem de comunicação até ao final do mês anterior ao que os abonos dizem respeito, a comunicar às entidades onde os militares estão colocados, através dos gabinetes dos respetivos CEM e informalmente através dos órgãos de gestão de pessoal.

#### **2. DEFINIÇÃO DE PRAZOS DO “GO/NO GO” - METODOLOGIA A ADOTAR PARA O PAGAMENTO AOS MILITARES NO MÊS DE MAIO**

Tendo como fito a determinação de qual a entidade que procederá ao processamento dos vencimentos dos militares que prestam serviço fora do ramo de origem, relativamente ao mês de maio, e em ordem a acautelar a ocorrência de potenciais erros por omissão, os ramos processarão os vencimentos dos militares/civis que se encontram a prestar serviço fora do ramo de origem em simultâneo com os Serviços Centrais do MDN e com o EMGFA, conforme os casos, procedendo a uma análise paralela com o objetivo de apurar os valores corretos a processar, e, subsequentemente, afere-se qual a entidade que efetuará o processamento/pagamento dos respetivos vencimentos no mês de maio, tendo em consideração os seguintes prazos limite de processamento dos ramos das Forças Armadas:

- a) **Marinha** - até ao dia 20 do mês anterior ao que o processamento se refere;
- b) **Força Aérea** - até ao dia 22 do mês anterior ao que o processamento se refere;
- c) **Exército** - até ao dia 30 do mês anterior ao que o processamento se refere.

#### **3. SITUAÇÕES ESPECÍFICAS**

##### **a) Passagem às situações de disponibilidade/reserva/reforma**

Um militar que passe à situação de disponibilidade/reserva/reforma, apresenta-se no ramo de origem com “Guia de Marcha/Movimento”, pelo menos um dia antes de passar à referida situação.

Os abonos devidos por cessação de funções são abonados pelo ramo de origem, bem como a remuneração de, pelo menos, o dia anterior (quando se apresente no ramo), antes de passar às referidas situações.

**b) Pensões de alimentos**

Nas situações em que existe pensões de alimentos aquando do movimento do militar, na respetiva “Guia de Vencimentos/Estado de Pagamento”, deverá constar qual o valor a descontar e/ou dívida em apreço.

Não obstante, tal deverá ser formalizado por ofício ao serviço de destino, com conhecimento ao tribunal, com cópia dos processos em anexo, sendo que no que aos serviços centrais diz respeito, deverão ser remetidos por estes à SG/MDN.

**c) Penhoras e execuções fiscais**

O serviço de destino apenas passará a efetuar penhoras e/ou execuções fiscais a partir do momento em que, e após o ramo de origem ter comunicado o movimento do militar ao tribunal/solicitador/agente de execução, seja uma destas entidades a notificar o serviço de destino de qual o montante em dívida e prazos durante os quais tal obrigação se deverá manter, quando aplicável.

Concomitantemente, deverá o ramo de origem enviar por ofício ao serviço de destino a informação supra, com cópia dos processos em anexo, inclusive processos em espera.

#### **IV. GESTÃO DA CARREIRA DO MILITAR**

1. O EMGFA e os ramos das Forças Armadas colocam no respetivo sítio da *Intranet*, para consulta dos interessados, as ordens de serviço, com a periodicidade da respetiva publicação, onde estão vertidas todas as informações relevantes<sup>6</sup> no âmbito da carreira dos militares colocados a prestar serviço fora do ramo de origem, consequentemente, os serviços de Pessoal dos ramos das Forças Armadas de que aqueles militares são originários, procedem à consulta e correspondente atualização das fichas individuais dos referidos militares.
2. Relativamente aos militares colocados nos SC, estes remetem aos respetivos ramos de origem dos militares, nos 10 dias após a verificação das alterações relevantes, toda a informação necessária.

---

<sup>6</sup> Existindo informação classificada, esta deverá ser transmitida pelos canais adequados.

## V. CONCLUSÕES

Com vista à concretização do exposto, conclui-se:

1. A operacionalização das metodologias enunciadas em II - Normas Técnicas a Adotar, com aplicação a todos os serviços integrados na esfera orçamental do Ministério da Defesa Nacional, com exclusão numa primeira fase, do Instituto de Ação Social das Forças Armadas (IASFA), da Associação de Deficientes das Forças Armadas (ADFA), da Cruz Vermelha Portuguesa (CVP), da Liga dos Combatentes, os militares colocados no âmbito das CTM's bem como os afetos ao DDN.
2. Preenchimento de templates de migração<sup>7</sup> (dados base, abonos e descontos) até impreterivelmente 14ABR16 referente aos elementos que compõe o Universo EMGFA e cujo processamento será efectuado pelo EMGFA, bem como o envio das respetivas guias/estado de pagamento, até 18ABR16, através dos respetivos dos gabinetes dos CEM's, com conhecimento ao EMGFA para verificação e validação dos elementos.
3. No que aos Serviços Centrais SC diz respeito, disponibilização dos templates de migração já enviados, bem como o envio das respetivas "Guia de Vencimentos/Estado de Pagamento", até dia 13ABR16 aos organismos, para verificação e validação dos elementos por parte destes, e posterior reencaminhamento para a SG/MDN, até 14ABR16.
4. Que o processamento das remunerações ocorra a partir do mês de maio de 2016.

---

<sup>7</sup> Os templates serão disponibilizados pelo EMGFA aos Ramos